

ATOS DE DEVOÇÃO: OS DEPÓSITOS DO BRONZE FINAL AO INÍCIO DE LA TÈNE NA EUROPA CENTRO-OCIDENTAL*

Adriene Baron Tacla**

Abstract

From the Neolithic to the Roman conquest, European prehistory is marked by the practice of deposition in natural places. Based on recent research above all developed in the Anglo-Saxon and Scandinavian academia, I here aim to demonstrate that such phenomenon from Late Bronze Age (LBA) to early La Tène period (LT A) was oriented by the same logics that guided the depositions in burial context, i.e. that there was a system of ritual economy on which the political economy of Central-Western European societies was grounded. In order to do so, I will compare the data from LBA to LT A deposits and burials of four regions – Bourges (Cher, France), Vix/Châtillon-sur-Seine (Burgundy,

Resumo

A pré-história europeia é marcada por práticas de deposição de objetos em lugares na natureza, desde o neolítico até a conquista romana. Seguindo as recentes abordagens de deposições, desenvolvidas, sobretudo, nas academias anglo-saxã e escandinava, objetivamos, aqui, demonstrar que o fenômeno das práticas de deposição em “locais naturais”, do fim da Idade do Bronze ao início do Período latente (LT A), era regido pela mesma lógica que orientava as deposições em enterramentos, isto é, um sistema de economia ritual no qual era calcada a economia política das sociedades desses períodos na Europa Centro-Ocidental. Para tanto, compararemos dados de depósitos e enterramentos do final da Idade do Bronze a LT A de quatro regiões –

* O presente trabalho consiste em versão ampliada da conferência que apresentamos em 9/11/07, no XVII Ciclo de Debates de História Antiga, promovido pelo LHIA/UFRJ. Apresentamos, aqui, algumas das questões discutidas em nossa tese de doutoramento, intitulada “*Sacred Sites and Power in West Hallstatt Chiefdoms*”, desenvolvida no Instituto de Arqueologia da Universidade de Oxford (Inglaterra), sob orientação de Sir Barry Cunliffe, Professor Emérito de Arqueologia Européia, e com financiamento do CNPq.

** Doutora em arqueologia, com tese em proto-história europeia pela Universidade de Oxford, Inglaterra. Membro do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (C.E.I.A.)/UFF e do BRATHAIR (*Grupo de Estudos Célticos e Germânicos*, www.brathair.com). E-mail para contato: adrienebt@yahoo.com.br

France), Châtillon-sur-Glâne (Fribourg Canton, Switzerland) and Eberdingen-Hochdorf/Hohenasperg (Baden-Württemberg, Germany).

Bourges (Cher, França), Vix/Châtillon-sur-Seine (Borgonha, França), Châtillon-sur-Glâne (Cantão de Friburgo, Suíça) e Eberdingen-Hochdorf/Hohenasperg (Baden-Württemberg, Alemanha).

Keywords: deposition; ritualization; prestations; Bronze and Iron Age Central-Western Europe.

Palavras-chave: deposição; ritualização; oferta de prestações; Europa Centro-Occidental das Idades do Bronze e do Ferro.

Introdução

A prática de deposição de objetos tem marcado a pré-história Européia. Os primeiros achados datam do Neolítico, mas a prática se torna mais freqüente durante a Idade do Bronze. O presente artigo pretende demonstrar que, não só há uma continuidade dessas práticas nas Idades do Bronze e do Ferro, mas também que esse fenômeno era regido pela mesma lógica que orientava as deposições em enterramentos, isto é, um sistema de economia ritual no qual era calcada a economia política das sociedades desses períodos na Europa Centro-Occidental (cf. TACLA 2005, 2007).

Para tanto, estaremos considerando um estudo comparativo do levantamento de achados isolados e tesouros de ambientes secos e úmidos (*dry and waterlogged deposits*) e deposições em enterramentos de quatro regiões (assinaladas na **Figura 1**) – Bourges e Vix/Châtillon-sur-Seine, ambas na França (respectivamente no Cher e na Borgonha), Châtillon-sur-Glâne (Cantão de Fribourg, na Suíça) e Eberdingen-Hochdorf/Hohenasperg (Baden-Württemberg, na Alemanha) – desde o final da Idade do Bronze (período de Campos de Urnas) até o início da segunda Idade do Ferro (período de La Tène A). Apesar desse recorte, as observações aqui delineadas também se estendem às deposições feitas em santuários com construções erigidas e assentamentos, e constituem parte de um fenômeno pan-europeu.



Figura 1 - Mapa indicando as regiões analisadas

Das formas de deposição

Os achados são tradicionalmente catalogados em duas categorias: objetos isolados e tesouros (*hoards*). O termo “tesouro” é empregado para designar uma variedade de objetos depositados em um mesmo local, normalmente em ambientes secos, em meio terrestre e, mais raramente, em ambientes úmidos, em meio aquático.

A maior parte da literatura especializada tem-se debruçado sobre esse tipo de achado, desconsiderando os objetos isolados em virtude da imprecisão do registro de seu local e contexto originais, o que, sem sombra de dúvida, dificulta sua análise, mas, como veremos a seguir, não a inviabiliza. Ao contrário, hoje, tem-se a noção de que a comparação dessa sorte de achados com todas as demais formas de deposição pode melhor esclarecer esse fenômeno.

Os tesouros e objetos isolados, depositados em lugares naturais na Europa Centro-Ocidental do final da Idade do Bronze ao início do período de La Tène A, abarcam uma ampla variedade de itens, que correspondem a quatro categorias: lingotes, ferramentas (formas/moldes, foices, machados, facas e navalhas), armas (punhais, espadas, pontas de flechas e pontas de lanças) e ornamentos (alfinetes, fíbulas e torques). São eles, em sua grande maioria, objetos em metal, havendo, porém, casos de depósitos de cerâmica, tabletes de resina, pedaços de chifre de veado, animais, cabelos e ossos humanos e/ou de animais.

Depósitos votivos e tesouros: sagrado x profano?

Tradicionalmente, as práticas de deposição pré-históricas foram estudadas sob um ponto de vista empirista, concentrando-se na análise tipológica e cronológica dos objetos, dando pouca importância às práticas sociais e às implicações que podem ser inferidas a partir delas. Contudo, nas duas últimas décadas, várias abordagens inspiradas pela chamada “Nova Arqueologia” e, mais recentemente, pela arqueologia pós-processual, foram desenvolvidas a fim de interpretar os achados materiais, dando especial atenção a questões de produção, valor (econômico e simbólico) e consumo, bem como aos múltiplos usos sociais e rituais ao longo da vida social de tais objetos. Raramente, foram esses aspectos considerados conjuntamente. Na maior parte das vezes, os estudos têm sido divididos entre, de um lado, uma preocupação econômica com a produção dos artefatos e, de outro, uma ênfase no ritual, enfocando seu uso e deposição final¹.

Esse debate é polarizado pelas perspectivas chamadas “utilitária” e “votiva”, que levaram à categorização dos tesouros (*hoards*) como “oferendas votivas”, “tesouros pessoais”, “tesouros de mercadores”, “tesouros de fundadores”². Uma tal classificação fundamenta-se na oposição “sagrado” x “profano”, marcada por dois critérios: a aparência/condição dos artefatos e a localização dos depósitos. A aparência ou condição dos artefatos era vista como um aspecto determinante das categorias de deposição, donde, artefatos quebrados/incompletos corresponderiam a “tesouros de fundadores”, enquanto artefatos inteiros/completos corresponderiam a “oferendas votivas”, “tesouros pessoais” ou “tesouros de mercadores”.

Já no que diz respeito à localização, o tipo de local dos achados determinaria o caráter do depósito, de modo que os achados de locais úmidos teriam um caráter votivo, enquanto os achados de locais secos teriam uma função utilitária. Essa divisão do ambiente natural se deve a três razões, a saber: 1) a identificação de lagos, rios, fontes e ilhas como lugares sagrados de populações de tradição céltica, tanto nos relatos greco-latinos quanto na literatura vernacular; 2) o fato de diversas culturas atribuírem à água simbolismos de purificação e de comunicação entre os mundos dos vivos, dos deuses e dos mortos; e, finalmente, 3) a dificuldade de resgate dos objetos depositados em tais locais. Dessa forma, os ambientes secos representariam locais de fácil identificação e acesso para esconderijo e posterior recuperação de objetos.

Nesse sentido, os objetos depositados em locais secos corresponderiam a três categorias: 1) objetos valiosos enterrados por medidas de segurança; 2) restos de metal ou matéria-prima estocada por bronzeiros para uso posterior, quer por uma questão de escassez de cobre ou estanho (geralmente atribuída a uma possível interrupção nas rotas comerciais na transição do final da Idade do Bronze para o início da Idade do Ferro, quer pela introdução da metalurgia do ferro³; 3) produtos de estocagem para distribuição posterior aos consumidores.

Assim, tradicionalmente, a aplicabilidade de tais categorias utilitárias tem sido o principal determinante da distinção entre depósitos “rituais” e “não-rituais” (BRADLEY, 1985, p.693). Dessa forma, um caráter especial dos achados “rituais” era naturalmente dado. Não queremos, com isso, negar que tais depósitos tivessem, de fato, um caráter singular, mas sim apontar a necessidade de irmos além desses fatores em nossos questionamentos, a fim de que possamos melhor compreender as práticas de deposição.

A interpretação de uma oposição estrutural entre “sagrado” e “profano” foi (e ainda é) largamente empregada para o estudo dos achados arqueológicos, principalmente porque uma tal oposição permite a distinção de espaços e estruturas caracterizados por “funções” rituais e não rituais. Muitos pesquisadores interpretaram a larga ocorrência de depósitos como organizada segundo tal dicotomia, de tal forma que estruturasse não somente as práticas sociais, mas também o mundo conhecido.

Porém, se, por um lado, a discussão do “sagrado” x “profano” é central para a compreensão das práticas de deposição pré-históricas, por outro, é preciso lembrar que uma tal sorte de oposição é um tanto simplista, se não reducionista, no que diz respeito às práticas rituais na Antiguidade. Em primeiro lugar, porque atribui às sociedades proto-históricas uma visão de mundo moderna, na qual a sociedade e, especialmente, o poder e o governo, são separados das crenças religiosas. Em segundo lugar, porque a bipolaridade “sagrado” x “profano”, para a estruturação do mundo vivido (inclusive da paisagem⁴), pressupõe uma escolha de lugares naturalmente dada (como mencionamos acima), que determinaria as práticas sociais e religiosas. Uma tal organização ignora a existência de similaridades entre depósitos em locais úmidos e secos, e, sobretudo, que a localização *per si* não determina o ato ritual; de fato, tem-se comprovado que nem todas as deposições em contextos úmidos resultaram de rituais⁵. Além disso, uma

tal linha de interpretação ignora que locais úmidos constituem somente um dos diversos tipos de lugares sagrados⁶. Dessa forma, não se pode presumir uma divisão entre contextos sagrados e profanos baseado tão somente na “natureza” dos locais de deposição.

Diante das novas formas de inquirir e interpretar a cultura material, vários especialistas, sobretudo ao estudar os depósitos da Idade do Bronze, têm criticado a classificação simplista de “depósitos votivos”, propondo que o principal aspecto que os distingue reside no fato de serem eles irrecuperáveis. Baseados na análise da composição e da localização de tais depósitos, eles estabeleceram dois dos principais pontos em favor de uma tal hipótese. Primeiramente, a dificuldade de recuperar objetos de locais úmidos (especialmente rios, pântanos e lagos). Depois, em segundo lugar, a presença de objetos quebrados, geralmente referidos como restos de metal e estoque de matéria-prima, representa, em verdade, a destruição ritual dos artefatos⁷, envolvendo complexas cerimônias de sacrifício ritual⁸ (BRADLEY, 1982, 1985; MILCENT, 2004; NEBELSICK, 2000).

Milcent (2004, p.54), por exemplo, leva esse argumento mais adiante, apontando que objetos enterrados em locais secos ou depositados em locais úmidos foram corroídos em virtude do contato com o solo, de modo que, em sua opinião, eles não poderiam ser reinseridos num “circuito normal de reciclagem”, isto é, não poderiam ser utilizados normalmente, nem seu metal poderia ser reutilizado na confecção de outros objetos. Tal descoberta demonstra que todas as hipóteses utilitárias não se fundamentam, nem mesmo para os depósitos dos ditos “estoques de metal” na forma de lingotes. Contudo, apesar da importância desse argumento para o caso dos depósitos deixados por longos períodos, “*a irrecuperabilidade não é mais aceitável como fator principal para a distinção entre depósitos votivos e não-votivos*” (BRADLEY, 2005, p.146). Isso, porque, nada evita a possibilidade de recuperar (*e reutilizar*) tais artefatos pouco tempo após sua deposição. Exemplos convincentes advêm do roubo de enterramentos na Europa das Idades do Bronze e do Ferro, a fim de recuperar objetos de prestígio (cf. TACLA 2005, 2007).

Conseqüentemente, defendemos aqui que, se, por um lado, o sacrifício ritual de oferendas não pode ser considerado como sinônimo de irrecuperabilidade, por outro, ele pode ser identificado dentro da estrutura de manipulação especial de objetos para prática ritual. Portanto, destruição

ou danificação de artefatos, assim como o embrulho de artefatos, inversão na forma de deposição e a seleção cuidadosa de objetos a serem depositados denotam, a nosso ver, seu uso ritualizado.

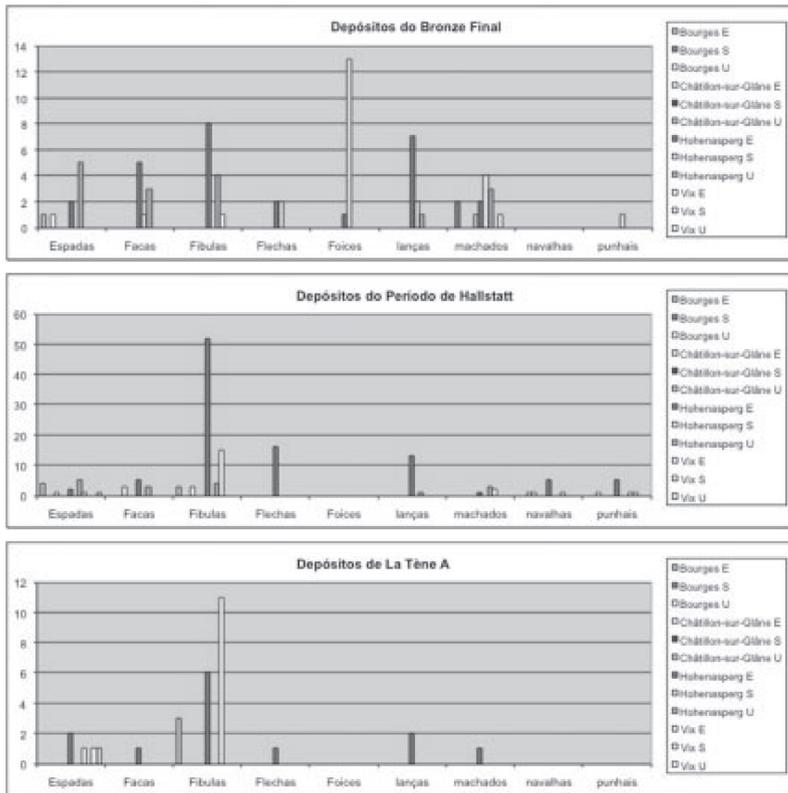
Distribuição regional

Apesar do espectro geral de deposições mencionado no início deste artigo, a frequência dos tipos de objetos selecionados para depósito em lugares naturais varia muito conforme a região. Nas quatro regiões que analisamos, verificamos a concentração de depósitos de armas, ferramentas e ornamentos⁹, sendo que somente há um caso de depósito de cerâmica¹⁰ e, na região de Friburgo, não encontramos nenhum depósito de ornamentos. Por outro lado, os depósitos de cerâmica nessas regiões se concentram nos enterramentos e assentamentos.

De modo geral, e seguindo a forma de classificação de depósitos em “locais naturais” proposta por Jensen (1993, p.152) e Verlaeck (2000, p.194), podemos dizer que há uma larga incidência de tesouros de tipo único (que correspondem a objetos depositados individualmente e tesouros de objetos de um único tipo) e somente dois casos de tesouros múltiplos (que consistem em conjuntos que reúnem vários tipos de artefatos). Esses últimos, encontrados na região de Eberdingen-Hochdorf/Hohenasperg, contêm uma associação de ferramentas e armamentos (em um caso, foices, lanças e machados, e, no outro, uma espada e uma faca) depositados em meio seco. No entanto, Schauer (1971, p. 161) nos alerta que essas espada e faca encontradas em Pleidelsheim, provavelmente, pertenceriam a um enterramento destruído, posto que uma tal associação é freqüente em enterramentos do final da Idade do Bronze no Baden-Württemberg. Assim, só há um tesouro múltiplo em toda a região estudada, e se encontra diretamente associado ao Hohenasperg, que, posteriormente, abrigará a famosa fortaleza da Idade do Ferro.

Da análise dessas categorias de tesouros, devemos, aqui, destacar algumas das principais observações que são úteis para nosso argumento. Primeiramente, tanto aquele tesouro múltiplo quanto os tesouros únicos apresentam um grande índice de objetos danificados e quebrados. Segundo, tal como no restante da Europa Centro-Occidental, o ápice dessas formas de depósito data de fins da Idade do Bronze, e, como podemos observar na **Figura 2**, nessas regiões, os machados são os objetos mais freqüentes em

tesouros únicos. Fíbulas e alfinetes aparecem não somente em achados fortuitos, mas como parte fundamental de cultos em fontes (como La Douix)¹¹. Terceiro, pode-se dizer que, em nível macroescalar, a maioria dos achados se inserem no padrão geral de demarcação de partes proeminentes da paisagem, em particular, colinas e bacias hidrográficas, enquanto que, em nível microescalar, pode-se observar que muitos se encontram diretamente ligados aos assentamentos, à definição de seu território e à organização de sua paisagem e memória. Quarto, não é possível traçar uma correspondência direta entre ambiente de depósito e o objeto depositado, salvo no caso



**Figura 2 – Gráficos dos achados de tesouros únicos e múltiplos em comparação com enterramentos por região (em números absolutos).
Legenda: E: enterramentos; S: ambiente seco; U: ambiente úmido**

das espadas, que são depositadas tão somente em meio úmido¹². Quinto, e, por fim, Bourges é o único caso onde há depósitos de bens de prestígio importados, depositados em locais naturais e não apenas em enterramentos.

Em contraposição, se nos voltarmos para os enterramentos, teremos uma divisão assaz distinta. A quantidade de enterramentos ditos faustosos é mínima frente à massa de enterramentos com poucos objetos depositados. Nos primeiros, predominam grandes serviços de banquete, objetos em metais preciosos, grande quantidade de ornamentos e, por vezes, armas ou, já no período hallstattiano, carros de quatro rodas e arreios de cavalos, enquanto que, nos enterramentos com poucos depósitos, os bens encontrados restringem-se, em sua grande maioria, a ornamentos e amuletos. Uma tal diferenciação tem sido, por muito tempo, abordada como distinção simplesmente de caráter hierárquico e econômico, de modo a assinalar ricos e pobres.

Contudo, uma análise dos depósitos funerários em seu contexto ritual nos mostra um quadro mais complexo, em que não somente coexistem ritos de cremação e de inumação, mas também diferentes tipos de cerimônias. Essa diversidade nos rituais, como propõe Pearson (1998), sugere mais uma escolha ritual segundo o tipo de cerimônia adotada, isto é, de caráter público ou privado.

Assim, nos deparamos com algumas cerimônias (e enterramentos) de grande ostentação e uma larga quantidade de cerimônias (e enterramentos) privados, com celebração mais íntima. Estas seriam marcadas por rituais de curta duração, com menor oferta de bens que celebravam a pessoa do morto, enquanto aquelas eram caracterizadas por rituais de longa duração (alguns dos mais longos com até três semanas de duração), com ofertas de muitos bens (alguns deles de destacado prestígio social) e celebravam não só a pessoa do morto, mas também a identidade coletiva, comunal. Nos grandes e lautos funerais públicos, era a rede de relações pessoais e políticas do grupo de parentesco do morto e de sua comunidade que estavam em jogo.

Ritualização e prestações: uma proposta conceitual

Para interpretar tais achados, propomos um modelo teórico calcado nas concepções de “ritualização” e “prestações”. Bourdieu (1977, 1990)

nos mostra que a experiência nativa é definida pelo *habitus*, uma instância da prática, um conhecimento adquirido, que constitui uma série de disposições adquiridas e incorporadas, através da qual as pessoas estruturam e ordenam a vida social e a interação homem-ambiente. O *habitus* é, pois, “o princípio gerador de improvisações reguladas, produz práticas”, “é a matriz das percepções, apreciações e ações” (BOURDIEU, 1977, p.79, 83).

Seguindo uma tal concepção (e como exposto na **Figura 3**), temos que a ação ritual, ou melhor dizendo, a ritualização não é mera repetição ou imitação. Ao contrário, ela é uma forma de agir, uma prática, performance que implica não somente hábitos fixos, mimesis, rotinas estabelecidas e aprendidas na experiência ritual, mas também envolve racionalidade, improviso e inovação (BELL, 1992; HUMPHREY & LAIDLAW, 1994); de modo que um mesmo rito pode ser feito com variantes, efetuado por diferentes performances. De fato, ritualização é uma prática situacional (presa a um contexto) e estratégica (BELL, 1992, p.7-8), um processo que, imbuído de aceitação e compromisso rituais, confere distinção a momentos selecionados, lugares e relações num dado período e sociedade. Por conseguinte, a ritualização não é restrita a um âmbito da vida, mas permeia o tecido social e a vida cotidiana como um todo, ordenando o mundo através da criação de disposições gerais e fundando identidades distintas em sociedade.

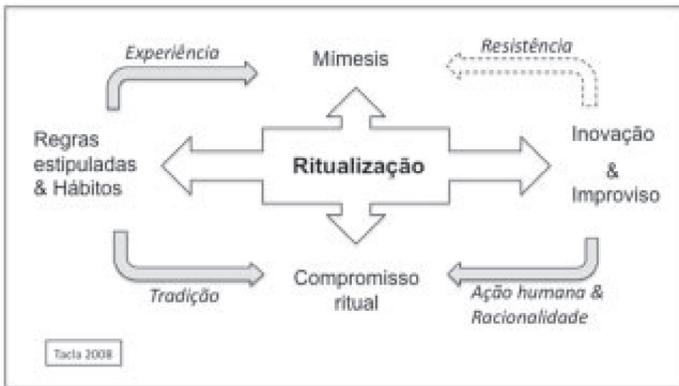


Figura 3 - Diagrama dos princípios fundamentais de ritualização

Como podemos observar na **Figura 4**, ritualização e prestações articulam-se como os dois vértices do que consideramos uma “*economia de prestações*”¹³. Nela, vemos que são as ações performáticas que criam distinção sociopolítica, desse modo, definindo a distância social, relações de poder e formas de autoridade. Por outro lado, devemos destacar que a ritualização não opera como forma de coerção e controle, nem presume a predominância de um grupo ou ideologia. Ao invés, ela “*é a arena estratégica para a incorporação das relações de poder*” (BELL, 1992, p.170). Assim, podemos afirmar que a ritualização engendra as relações de poder, e constitui formas de negociação e competição, consentimento e resistência no âmbito da sociedade.



Figura 4 – Diagrama da economia de prestações

No entanto, embora a ritualização possa configurar um meio de legitimação do poder e/ou do status quo, ela não é nem um mecanismo para disfarçar estratégias de poder, nem um instrumento para expressar ou simbolizá-las (BELL, 1992, p.195). Essa capacidade de produzir hierarquia, de criar distância entre os indivíduos, põe a ritualização no seio da dinâmica social, podendo, no presente caso, ser percebida arqueologicamente em assentamentos, enterramentos, depósitos e santuários. Nesses contextos, as práticas de ritualização estabelecem o elo entre a apropriação da paisagem e os usos da cultura material, a ação do homem em sociedade, a dinâmica de estratégias de poder e a economia-política.

Ao contrário do que se poderia *a priori* esperar, não encontramos uma reciprocidade (seja ela equilibrada ou não) a orientar a oferta de prestações nas sociedades da Idade do Bronze e hallstattianas. Tal se deve, não

só em virtude de uma impossibilidade de encontrar as correspondentes trocas (isto é, dom e contra-dom) ou ao fato de o próprio conceito de reciprocidade ser uma construção moderna e, por conseguinte, não aplicável às aquelas sociedades pré-históricas (cf. APPADURAI, 1986; ROWLANDS 1994; TACLA, 2001a, p.80-81 e 2001b, p. 23-24; WEINER 1994), mas sobretudo porque o que, de fato, encontramos na documentação arqueológica assinala o acúmulo de determinados bens de prestígio, com sua retirada de circulação, tentativas de recuperação e destruição.

Essas atitudes caracterizam, em verdade, uma economia ritualizada de circulação de prestações, que é governada pelo princípio de prestígio/distinção e pelo mecanismo denominado por Weiner (1992, 1994) “*manter ao mesmo tempo que ofertar*” (*keeping-while-giving*). Esse mecanismo consiste na capacidade de certos indivíduos reterem bens de caráter inalienável, mesmo contra todas as demandas sociais, ofertando, ao invés, bens de caráter alienável. Essa diferença de caráter simbólico de tais objetos se deveria, particularmente, à sua trajetória e vida social (cf. APPADURAI, 1986; WEINER, 1992, 1994), isto é, seus usos e história de proprietários anteriores, o que lhes atribui prestígio singular. Isso significa que objetos inalienáveis raramente entram em circulação, sendo ofertados somente em ocasiões especiais (para o estabelecimento de alianças, em caso de guerra, de sofrimento ou perigo da comunidade, ou, ainda, por ocasião da morte de “grandes dignitários”), porquanto a posse de tais bens confirmava a distinção do proprietário/recebedor, “*transformando diferença em status*” (WEINER, 1992, p.18). Logo, prestígio seria transferível não só por parentesco, mas também pela oferta de bens inalienáveis.

Seleção e performance ritual

A análise da cultura material aponta para uma clara seleção de materiais e de tipos de artefatos a serem ofertados. Mas qual era a base da escolha das deposições e quais as regras que a regiam? Seria muito simples, e até tentador, entender que cada categoria de depósito em “locais naturais” correspondesse a uma categoria social, tal como, dentre outros, propôs Cunliffe (1993, p.26) segundo esquema reproduzido abaixo:

CATEGORIAS	TIPOS DE OFERENDAS
agricultor	animais; cereais; comida/bebida
artesão	ferramentas; lingotes de metal; produtos domésticos
guerreiro	armas e espólios de guerra
elite	armadura de prestígio; tesouros de metal precioso
humana	vida humana; troféus; ancestrais

**Quadro 1 – Categorias x oferendas
(baseado em CUNLIFFE, 1993, p. 26)**

A categorização segundo status social é um tanto ingênua, posto que se atém, tão somente, aos usos de tais artefatos *fora* de contexto ritual, ignorando, por conseguinte, seus significados, usos e simbolismos *na performance ritual*. Além disso, uma tal proposta olvida a existência de regras que regiam essas performances, sobretudo a existência de atos estipulados e miméticos. Em contraposição, uma análise mais detalhada dos artefatos revela um quadro mais complexo, onde se destacam alguns aspectos fundamentais para a análise das deposições, a saber: 1) a existência tanto de bens chamados de prestígio (que corresponderiam aos *keimélia*¹⁴) quanto de bens comuns; 2) a predominância de bens *aparentemente* comuns; 3) a preponderância do valor do metal; 4) o destaque de itens de banquete, de armas e instrumentos sacrificiais; 5) a relevância do uso de objetos de identidade pessoal e coletiva na formação dos depósitos.

Esses pontos põem em evidência indícios significativos das regras dessas formas de ritualização e da seleção de prestações. Primeiramente, temos que objetos em metal eram reconhecidos, inclusive pelas sociedades do Mediterrâneo antigo, como profundamente admirados pelas ditas sociedades bárbaras (cf. LEZZI-HAFTER, 1997, p.365; TACLA, 2001a, p.66; TSETSKHLADZE, 1998, p.60), que eram, em sua maioria, associados a distinção social. Fitzpatrick (1984, p.185), ao analisar depósitos latenianos em ambientes úmidos no sul da Inglaterra, sugere que a preferência por tais objetos reside em “... *seus papéis ambíguos como um símbolo tanto de autoridade quanto de riqueza e segurança*”, particularmente para as elites guerreiras latenianas.

Não obstante, sua relevância não reside tão somente na idéia de riqueza. O trabalho em metal não era considerado como uma atividade cotidiana (BRADLEY, 2005, p.150) e era, por conseguinte, investido de um

caráter particular, de uma mística, posto que envolvia o domínio do fogo, um saber especializado, e procedimentos ritualizados para a transformação de substâncias sólidas em líquido e posterior modelagem em objetos (ALDHOUSE-GREEN, 2002, p.16). Assim, itens de metal possuíam características especiais que faziam deles prestações ideais não somente para estabelecer (e reafirmar) uma relação com chefes/líderes ou outras personalidades de destaque, mas também para obter o favor dos deuses.

Afora isso, devemos considerar que, se por um lado, os objetos se enquadram em categorias de uso pessoal ou ligadas à agricultura, à caça e à guerra, por outro, vários dos objetos encontrados eram utilizados em mais de um contexto social/produtivo, não pertencendo exclusivamente a uma única categoria social. Tal se verifica, sobretudo, no tocante às ferramentas, como, por exemplo, machados, que eram usados na agricultura (derrubada de florestas), no corte de lenha, na guerra e em sacrifícios e abate de animais.

Logo, se nos apresentam outras categorias mais abrangentes como: objetos cortantes, pessoais e de banquete. Nos depósitos em locais naturais, prevalecem as duas primeiras classes, ao passo que, em enterramentos, predominam os objetos de banquete e de uso pessoal. Os enterramentos das áreas estudadas nos levaram a concluir que as prestações podem ser reconhecidas não apenas por seu posicionamento na tumba¹⁵, mas, sobretudo, pelos critérios de duplicação de artefatos, inclusões não queimadas em cremações, objetos com tratamento especial (quebrados, destruídos ou embrulhados), objetos novos feitos sob encomenda e ornamentos em posições não usuais¹⁶ (conforme síntese no quadro abaixo).

CRITÉRIOS	CATEGORIAS	TIPOLOGIA	DEPÓSITOS
Duplicação de artefatos	Banquete	Louças e contêineres	Tigelas, pratos, taças, chifres para bebida
	Cortante	Ferramentas & armas	Machados, espadas, lanças, facas
		Utensílios de toalete	Navalhas
	Pessoal	Utensílios de toalete	Pentes
		Ornamentos	Torcis
Inclusões não queimadas em cremações	Banquete	Louças e contêineres	Vários vasos cerâmica/metal
	Cortante	Ferramentas & Armas	Machado, espadas, lanças, facas, flechas, foice, pedra de amolar
		Utensílios de toalete	Navalhas
	Pessoal	Ornamentos	Amuletos
	Outros	Alimentos	Animais (raros), hidromel
Objetos com tratamento especial	Cortante	Ferramentas & Armas	Espada, faca, equipamento de pesca
		Utensílios de toalete	Navalha
Objetos novos/encomendados	Pessoal	Ornamentos	Fibulas, decoração para calçados
Posições não usuais	Pessoal	Ornamentos	Torc, fibula, amuletos

Quadro 2 – Identificação de prestações em enterramentos

Isso, a nosso ver, demonstra que uma equivalência direta entre hierarquia social e depósitos seria por demais reducionista. A questão que, então, se põe é: como compreender a natureza desse fenômeno?

O estado atual de nossos conhecimentos não nos permite identificar nem quem fez esses depósitos, nem qual a divindade cultuada ou a intenção que motivou esses depósitos, isto é, se eram atos propiciatórios, agradecimentos, pedidos de alguma graça. Porém, se tais aspectos nos fogem à possibilidade de investigação, podemos, ao invés, nos deter sobre a compreensão do fenômeno em si.

A um primeiro olhar, evidencia-se a ênfase num caráter pessoal, remetendo à identidade do ofertante. Depois, destaca-se a divisão de natureza dos depósitos. Alguns desses objetos sobressaem por sua proveniência, tamanho, riqueza e detalhe de confecção, sugerindo destacado valor simbólico. Esses objetos são raros e contrastam com a grande quantidade de bens comuns depositados. A seleção de tais bens não se deve, então, a um caráter funcional ou à sua riqueza, mas, sim, à sua adequação a categorias de prestações ideais e ao seu valor simbólico¹⁷. Tal qual nos mostram relatos e análises etnográficas (a exemplo de Appadurai (1986) e Weiner (1992, 1994), como mencionamos anteriormente), esse valor se constrói na dinâmica sociopolítica dessas sociedades, e é conferido pela história e trajetória de posse desses bens. Isso significa que os bens de grande densidade simbólica, isto é, de caráter inalienável são retirados do uso e da dinâmica de trocas e depositados em práticas de ritualização, sendo, pois, ofertados como prestações de distinção a deuses, mortos e ancestrais. Essas prestações criam elos entre os vivos, entre vivos e seus mortos e entre os vivos e seus deuses.

Fontijn (2002, p.216), seguindo uma mesma linha de análise, também entende que não é o caráter dos objetos que rege uma tal seleção, mas, sim, sua biografia cultural, sua trajetória. Ao analisar os depósitos pré-históricos da Holanda, defende ele a construção de duas formas de identidade perceptíveis nos achados: identidades pessoais (armas e ornamentos) e identidades coletivas (machados e outras ferramentas). Essas duas formas de identidade se encontram afirmadas em diferentes esferas da vida pública e privada, sendo cada tipo de objeto correspondente a uma sorte de local de depósito. Assim, rios principais, charcos e ambientes secos aparecem nas circunvizinhanças dos assentamentos, o que faz deles áreas de convivência

(e trânsito) comunal. Logo, nessas áreas, predominam os depósitos de caráter comunal (ferramentas em geral), que constroem laços com o sagrado e com a terra. Por outro lado, afluentes menores e brejos, aparecem como zonas de depósito mais remotas, periféricas, sendo, para Fontijn, locais de realização de ritos de passagem com a “destruição ritual de identidades pessoais” (femininas ou guerreiras). Tal se explica frente à ausência de armas nos enterramentos da Holanda pré-histórica. Contudo, isso não se aplica, de modo algum, aos casos por nós estudados.

Esses, ao contrário, mostram a relevância da distinção social, distinção em determinados enterramentos, como, por exemplo, no caso de guerreiros, sacerdotes e chefes, cujos status, poder e autoridade eram conferidos e reificados por meio de ritualização. Nesse sentido, a oferta de prestações em rituais públicos como banquetes/festas, funerais ou cultos aos deuses em “locais naturais” ou em santuários/templos, por meio da deposição de bens de grande densidade simbólica – em sua maioria, vasos e jóias em metal –, destacava-se como instrumento político não somente para a construção de alianças, mas, principalmente, para criar e definir as relações de poder.

Ofertar um presente em um funeral e depositá-lo no enterramento era uma forma de reafirmar a sua própria posição na sociedade e em uma rede de relações pessoais da qual fazia parte o morto (TACLA, 2001a-b). Da mesma forma, os sacrifícios ou bens ofertados aos deuses criavam uma articulação entre a ordem social e a esfera do sagrado. A oferta de prestações aos deuses em “locais naturais” acaba por constituir “locais de identidade” na paisagem; se são elas identidades comunais ou pessoais, não podemos afirmar, porém devemos ter em mente que são sempre locais nas mediações de assentamentos e em vias de comunicação e integração. Eram sempre localidades à vista de todos e não fronteiriços ou marginais.

Comunidades agrárias sedentárias possuem um profundo vínculo com a terra tanto em virtude do fator de manutenção e subsistência das comunidades, quanto dos laços ancestrais de habitação e vivência locais. As sociedades que analisamos não só compartilham o conhecimento de ritualização, das regras que regem a seleção de objetos e de lugares sagrados, mas também do significado e da relevância desses locais e dos eventos que neles ocorrem. Citando Vine Deloria Jr. (1993, p.35), “*o aspecto mais importante dos lugares sagrados (...) é que eles marcam a localização e as circunstâncias de um evento no qual o sagrado se tornou um fato objetivo da existência.*”

A oferta de prestações assume, aqui, a forma de poder e dominação do espaço, assinalando determinados “locais naturais” como lugares de identidade, que, por sua vez, marcam com precisão a memória de eventos e de performances rituais nos territórios de tais comunidades. Assim, a criação de espaços sagrados não só organiza a paisagem, como o próprio tempo e a memória dessas comunidades, que, por sua vez, usam os lugares como marcadores temporais.

Agradecimentos

Agradecemos ao *Sir* Barry Cunliffe, ao *Professor* Chris Gosden e ao *Professor* Richard Bradley, cujos comentários e sugestões tanto contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Quaisquer erros ou incorreções aqui contidos são, todavia, de minha única e exclusiva responsabilidade.

Documentação material

TACLA, A.B. **Sacred Sites and Power in West Hallstatt Chiefdoms: the cases of Bourges, Vix, Châtillon-sur-Glâne and Hochdorf.** Oxford: University of Oxford, D.Phil. Thesis, 2 vols., 2007.

BAITINGER, H. **Die Hallstattzeit im Nordosten Baden-Württembergs.** Stuttgart: Theiss, 1999.

BANCK-BURGESS, J. **Hochdorf IV. Die textilfunde aus dem späthallstattzeitlichen fürstengrab von Eberdingen-Hochdorf (Kreis Ludwigsburg).** Stuttgart: Theiss, 1999.

BIEL, J. *et al.* **Hochdorf.** Paris: Ministère de la culture et de la communication Éditions de la Réunion des musées nationaux, 1987.

BUVOT, P. Châtillon-sur-Seine, La Douix. **Service Regional de Archéologie. Bourgogne, Bilan Scientifique,** 1993, p. 30.

— Découverte d'un lieu de culte antique: la source de la Douix à Châtillon-sur-Seine. **Archéologia,** v. 344, 1998, p. 26-33.

CHAUME, B. **Vix et son territoire à l'Age du Fer - Fouilles du mont Lassois et environnement du site princier.** Montagnac: Éditions Monique Mergoil, 2001.

COUDROT, J.-L. La Douix de Châtillon. Une source fréquentée depuis la nuit des temps. **Dossiers d'Archéologie**, 284, 2003, p. 62-67.

DEHN, R. **Die Urnenfelderkultur in Nordwürttemberg**. Stuttgart: Verlag Müller & Gräff, 1972.

DELABESSE, S. & MILLIARD, A.-M. (eds.). **Le site de Bourges. Son territoire aux "Ages des Métaux" (2500-50 av. J.-C.). Catalogue de l'exposition présentée par la Ville de Bourges (Service de l'Urbanisme - Musées de Bourges)**. Bourges: Direction du Service Archéologique Municipal, DRAC Centre, 1988.

JOFFROY, R. Note sur trois haches. **Bulletin de la Société Historique et Archéologique du Châtillonnais**, v. 2 (4ème série), 1961, p. 47-48, Pl. VII.

PEISSARD, N. **Carte archéologique du canton de Fribourg**. Fribourg: Commission du Musée d'art et d'histoire du canton de Fribourg, 1941.

PLANCK, D. (ed.) **Archäologie in Baden-Württemberg: Das Archäologische Landesmuseum, Aussenstelle Konstanz**. Stuttgart: Theiss, 1994, p. 171-197, 199-214, 215-234.

PROVOST, M. *et al.* **Le Cher**. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, Carte archéologique de la Gaule - 18, 1992.

RAMSEYER, D. Châtillon-sur-Glâne (FR), un habitat de hauteur du Hallstatt final. Synthèse de huit années de fouilles (1974-1981). **Annuaire de la Société Suisse de Préhistoire et d'Archéologie**, v. 66, 1983, p. 161-188.

ROLLEY, C. (ed.) **La tombe princière de Vix**. Paris: Picard, 2003.

SCHICKLER, H. (ed.) **Heilige Ordnungen: zu keltischen Funden im Württembergischen Landesmuseum**. Stuttgart: Württembergisches Landesmuseum, 2001.

SCHWAB, H. Le site hallstattien fortifié de Châtillon-sur-Glâne et ses tombes princières. *In*: MOHEN, J.-P., DUVAL, A. & ELUÈRE, C. (eds.) **Les Princes Celtes et la Méditerranée**. Paris: La Documentation Française, 1988, p. 253-263.

Bibliografia

ALDHOUSE-GREEN, M.J. Any Old Iron! Symbolism and Ironworking in Iron Age Europe. *In*: ALDHOUSE-GREEN, M.J. & WEBSTER, P. (eds.)

Artefacts and Archaeology: Aspects of the Celtic and Roman World.

Cardiff: University of Wales Press, 2002, p. 8-19.

APPADURAI, A. Introduction: commodities and the politics of value. *In*: APPADURAI, A. (ed.) **The Social Life of Things**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 03-63.

BARRETT, J.C. Towards an Archaeology of Ritual. *In*: GARWOOD, P. *et al.* (eds.) **Sacred and Profane: Proceedings of a Conference on Archaeology, Ritual and Religion**. Oxford: Oxford Committee for Archaeology, v. 32, 1991, p. 1-9.

BELL, C. **Ritual Theory, Ritual Practice**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1992.

BOURDIEU, P. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1990.

BRADLEY, R. The Destruction of Wealth in Later Prehistory. **Man (N.S.)**, v. 17, 1982, p. 108-122.

_____. Exchange and Social Distance - The Structure of Bronze Artefact Distributions. **Man (N.S.)**, v. 20, 1985, p. 692-704.

_____. Ritual, Time and History. **World Archaeology**, v. 23, 2, 1991, p. 209-219.

_____. **The Passage of Arms: An Archaeological Analysis of Prehistoric Hoards and Votive Deposits**. Oxford: Oxbow Books, 1998.

_____. **An Archaeology of Natural Places**. London: Routledge, 2000.

_____. A Life Less Ordinary: the Ritualization of the Domestic Sphere in Later Prehistoric Europe. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 13, 1, 2003, p. 5-23.

_____. **Ritual and domestic life in prehistoric Europe**. London: Routledge, 2005.

BRÜCK, J. Material metaphors. The Relational Construction of Identity in Early Bronze Age Burials in Ireland and Britain. **Journal of Social Archaeology**, v. 4, 3, 2004, p. 307-33.

CUNLIFFE, B. **Fertility, Propitiation and the Gods in the British Iron Age**. Amsterdam: De Stichting Nederlands Museum voor Anthropologie en Praehistorie, 1993.

DEHN, R. Das "Heidentor" bei Egesheim, Kreis Tuttlingen: Ein bedeutendes archäologisches Denkmal der Hallstatt- und Frühlatènezeit durch Raubgrabungen zerstört. **Archäologische Ausgrabungen in Baden-Württemberg**, v. 1991, 1992, p. 102-105.

— Das "Heidentor" – ein Kultplatz aus keltischer Zeit. **Archäologische Nachrichten aus Baden**, v. 50, 1993, p. 104-105.

DEHN, R. & KLUG, J. Fortführung der Grabungen am "Heidentor" bei Egesheim, Kreis Tuttlingen. **Archäologische Ausgrabungen aus Baden-Württemberg**, v. 1992, p. 99-103.

DELORIA Jr., V. Reflection and Revelation: Knowing the land, places and ourselves. In: SWAN, J.A. (ed.) **The Power of Place**. Bath: Gateway Books, 1993, p. 28-40.

DUNNING, C. Sépultures, lieux de culte et croyances: Le second Age du Fer. In: GALLAY, A. (ed.) **Sépultures, lieux de culte et croyances**. Bâle: Société Suisse de Préhistoire et d'Archéologie, 1988, p. 93-110.

EVANS, T.L. **Burial rites in the Upper Seine Basin between the Hallstatt Finale and the La Tène Moyenne**. Oxford: University of Oxford, D.Phil. Thesis, 2001.

FITZPATRICK, A.P. The Deposition of La Tène Iron Age Metalwork in Watery Contexts in Southern England. In: CUNLIFFE, B.W. & MILES, D. (eds.) **Aspects of the Iron Age in Central Southern Britain**. Oxford: Oxford University Committee for Archaeology Institute of Archaeology, v. 2, 1984, p. 178-190.

FONTIJN, D.R. **Sacrificial Landscapes: Cultural Biographies of Persons, Objects and 'Natural' Places in the Bronze Age of the Southern Netherlands, C. 2300-600 BC**. Leiden: University of Leiden, 2002.

GARWOOD, P. Ritual tradition and the reconstruction of society. In: GARWOOD, P. *et al.* (eds.) **Sacred and Profane: Proceedings of a Conference on Archaeology, Ritual and Religion**. Oxford: Oxford Committee for Archaeology, 1991, p. 10-32.

GOMEZ DE SOTO, J.; PAUTREAU, J.-P. Les bronzes protoshistoriques du Centre-Ouest de la France. In: NICOLINI, G. ; DIEUDONNÉ-GLAD, N. (eds.) **Les métaux antiques : travail et restauration. Actes du colloque de Poitiers, 28-30 septembre 1995**. Montagnac: M. Mergoïl, 1998, p. 7-12.

- GRANT, A. Economic or Symbolic? Animals and Ritual Behavior. *In: GARWOOD, P. et al. (eds.) Sacred and Profane: Proceedings of a Conference on Archaeology, Ritual and Religion.* Oxford: Oxford Committee for Archaeology, v. 32, 1991, p. 109-114.
- HOCHULI, S.; NIFFELER, U.; RYCHER, V. **SPM III - Bronzezeit.** Basel: Verlag Schweizerische Gesellschaft für Ur- und Frühgeschichte, 1998.
- HOEKSTRA, T. Fighting with Property: Bronzes as a Means of Persuasion. *In: NIJBOER, A.J. (ed.) Interpreting Deposits: Linking Ritual with Economy. Papers on Mediterranean Archaeology.* Groningen: Archaeological Institute Groningen University, 2001, p. 25-34.
- HUMPHREY, C.; LAIDLAW, J. **The Archetypal Actions of Ritual: a Theory of Ritual Illustrated by the Jain Rite of Worship.** Oxford: Clarendon Press, 1994.
- HUTH, C. Metal Circulation, Communication and Traditions of Craftmanship in Late Bronze Age and Early Iron Age Europe. *In: PARE, C.F.E. (ed.) Metals Make the World Go Round: The Supply and Circulation of Metals in Bronze Age Europe. Proceedings of a Conference held at the University of Birmingham in June 1997.* Oxford: Oxbow, 2000, p. 176-193.
- INGOLD, T. The Temporality of the Landscape. **World Archaeology**, v. 25, 2, 1993, p. 152-174.
- JENSEN, J. Metal Deposits. *In: HVASS, S. ; STORGAARD, B. (eds.) Digging into the Past: 25 years of Archaeology in Denmark.* Copenhagen, Højbjerg: Royal Society of Northern Antiquaries/Jutland Archaeological Society, 1993, p. 152-158.
- KING, J.M. Grave-Goods as Gifts in Early Saxon Burials (ca. AD 450-600). **Journal of Social Archaeology**, v. 4, 2004, p. 214-238.
- KNÜSEL, C.J. More Circe than Cassandra: The Princess of Vix in Ritualized Social Context. **European Journal of Archaeology**, v. 5, 3, 2002, p. 275-308.
- KRISTIANSEN, K. Value, ranking and consumption in the Bronze Age. *In: NORDSTRÖM, H.-Å.; KNAPE, A. (eds.) Bronze Age Studies: Transactions of the British-Scandinavian Colloquium in Stockholm, May 10-11 1985.* Stockholm: Statens Historiska Museum, 1989, p. 21-24.
- LEZZI-HAFTER, A. Offerings Made to Measure: Two Special Commissions by the Eretria Painter for Apollonia Pontica. *In: OAKLEY, J.H.; COULSON,*

W.D.E.; PALAGIA, O. (eds.) **Athenian Potters and Painters: The Conference Proceedings**. Oxford: Oxbow Books, 1997, p. 353-369.

LONEY, H.L.; HOAEN, A.W. Landscape, Memory and Material Culture: Interpreting Diversity in the Iron Age. **Proceedings of the Prehistoric Society**, v. 71, 2005, p. 361-378.

MARASZEK, R. Late Bronze Age Axe Hoards in Western and Northern Europe. *In*: PARE, C.F.E. (ed.) **Metals Make the World Go Round: The Supply and Circulation of Metals in Bronze Age Europe. Proceedings of a Conference held at the University of Birmingham in June 1997**. Oxford: Oxbow, 2000, p. 209-224.

MILCENT, P.-Y. **Le Premier Age du Fer en France centrale**. Paris: Société Préhistorique Française/Ministère de la culture, Société Préhistorique Française - Mémoire XXXIV, 2004.

MORDANT, C. Dépôts de bronzes et territoires à l'âge du bronze en Bourgogne (XVII-IXe siècle avant J.-C.). *In*: MORDANT, C.; PERNOT, M.; RYCHNER, V. (eds.) **L'atelier du bronzier en Europe du XXe au VIIIe siècle avant notre ère : actes du colloque international "Bronze '96", Neuchâtel et Dijon, 1996**. Paris: Cths, v. 1., 1998, p. 185-210.

MÜLLER, F.; KAENEL, G.; LÜSCHER, G. **SPM IV - Eisenzeit**. Basel: Verlag Schweizerische Gesellschaft für Ur- und Frühgeschichte, 1999.

NEBELSICK, L. Rent Asunder: ritual violence in Late Bronze Age hoards. *In*: PARE, C.F.E. (ed.) **Metals make the world go round: the supply and circulation of metals in Bronze Age Europe. Proceedings of a conference held at the University of Birmingham in June 1997**. Oxford: Oxbow, 2000, p. 160-175.

NIJBOER, A.J. Regimes of Hoarding. *In*: NIJBOER, A.J. (ed.) **Interpreting Deposits: Linking Ritual with Economy. Papers on Mediterranean Archaeology**. Groningen: Archaeological Institute Groningen University, 2001, p. 35-44.

OLIVIER, L. The Hochdorf 'Princely' Grave and the Question of the Nature of Archaeological Funerary Assemblages. *In*: MURRAY, T. (ed.) **Time and Archaeology**. London: Routledge, 1999, p. 109-138.

PEARSON, M. Performance as Valuation: Early Bronze Age Burial as Theatrical Complexity. *In*: BAILEY, D.M.; MILLS, S. (eds.) **The Archaeology of Value: Essays on Prestige and the Processes of Valuation**. Oxford: British Archaeological Reports, 1998, p. 32-41.

PRIMAS, M. Beobachtungen zu den spätbronzezeitlichen Siedlungs- und Depotfunden der Schweiz. *In*: DRACK, W.; STÜBER, K.; ZÜRCHER, A. (eds.) **Festschrift Walter Drack zu seinem 60. Geburtstag: Beiträge zur Archäologie und Denkmalpflege**. Stäfa: Th. Gut, 1977, p. 44-55.

RANDBORG, K. Wetland Hoards. **Oxford Journal of Archaeology**, v. 21, 4, 2002, p. 415-418.

RAPIN, A. Destructions et mutilations des armes dans le necropoles et les sanctuaires au second Age du Fer: Réflexions sur les rituels et leur description. **Revue Archéologique de l'Ouest**. Supplément n. 6, 1993.

ROWLANDS, M. **The Production and Distribution of Metalwork in the Middle Bronze Age in Southern Britain**. Oxford: British Archaeological Reports, 1976.

_____. From 'the Gift' to Market Economies: the Ideology and Politics of European Iron Age Studies. *In*: KRISTIANSEN, K.; JENSEN, J. (eds.) **Europe in the First Millennium B.C.** Oxford: J.R. Collis, 1994, p. 1-5.

SCHAUER, P. **Die Schwerter in Süddeutschland, Österreich und der Schweiz**. München: C. H. Beck, 1971.

SCHEID-TISSINIER, E. **Les usages du don chez Homère : vocabulaire et pratiques**. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1994.

SMITH, C. Ritualising the Economy. *In*: NIJBOER, A.J. (ed.) **Interpreting Deposits: Linking Ritual with Economy. Papers on Mediterranean Archaeology**. Grøningen: Archaeological Institute Groningen University, 2001, p. 17-23.

STEIN, F. **Bronzezeitliche Hortfunde in Süddeutschland: Beiträge zur Interpretation einer Quellengattung**. Bonn: R. Habelt, 1976.

_____. **Katalog der vorgeschichtlichen Hortfunde in Süddeutschland**. Bonn: R. Habelt, 1979.

TACLA, A.B. **Diplomacia e Hospitalidade: Um estudo dos contatos entre Massalía e as tribos de Vix e Hochdorf**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001a.

_____. Hospitalidade e a política da comensalidade nas tribos de Vix e Hochdorf. **Phoënix**, v.7, 2001b, p.21-48.

_____. **Human Agency and 'Prestation Economy': A Model for Prehistoric Ritual Deposition**. Iron Age Research Student Seminar (IARSS), Edinburgh 2005. (manuscrito não publicado)

_____. **Sacred Sites and Power in West Hallstatt Chiefdoms: the cases of Bourges, Vix, Châtillon-sur-Glâne and Hochdorf.** Oxford: University of Oxford, D.Phil. Thesis, 2 vols., 2007.

TSETSKHLADZE, G.R. Greek Colonisation of the Black Sea Area: Stages, Models and Native Population. *In*: TSETSKHLADZE, G.R. (ed.) **The Greek Colonisation of the Black Sea Area: Historical Interpretation of Archaeology.** Stuttgart: Steiner, 1998, Historia Einzelschriften Heft 121, p. 9-68.

TYLECOTE, R.F. Early Tin Ingots and Tinstone from Western Europe and the Mediterranean. *In*: FRANKLIN, A.D.; OLIN, J.S.; WERTIME, T.A. (eds.) **The Search for Ancient Tin.** Washington D.C.: Smithsonian Institution, 1978, p. 49-52.

VEIT, U. Des Fürsten neue Schuhe - Überlegungen zum Befund von Hochdorf. **Germania**, v. 66, 1988, p. 162-169.

VERLAECKT, K. Hoarding and the Circulation of Metalwork in Late Bronze Age Denmark: Quantification and Beyond. *In*: PARE, C.F.E. (ed.) **Metals Make the World Go Round: The Supply and Circulation of Metals in Bronze Age Europe. Proceedings of a Conference held at the University of Birmingham in June 1997.** Oxford: Oxbow, 2000, p. 194-208.

WEBSTER, J. Sanctuaries and Sacred Places. *In*: GREEN, M. (ed.) **The Celtic World.** London: Routledge, 1995, p. 445-464.

WEINER, A.B. **Inalienable Possessions: The Paradox of Keeping-while-Giving.** Berkeley: University of California Press, 1992.

_____. Cultural Difference and the Density of Objects. **American Ethnologist**, v. 21, 1, 1994, p. 391-403.

Notas

¹ Por exemplo, a maior parte dos trabalhos da série PBF (*Prähistorische Bronzefunde*), bem como os trabalhos de Stein (1976, 1979) e Primas (1977), preocupam-se mais com o estudo tipológico dos achados (sua condição, localização e produção) do que com seu uso social.

² O sistema de classificação de tesouros, organizando-os como pessoais, de mercadores e de fundadores foi proposto, pela primeira vez, por Sir John Evans (ROWLANDS, 1976, p.100).

³ Huth (2000, p.190) também defende uma tal hipótese, considerando-a como a melhor explicação para o alto e súbito aumento de depósitos no período de transição do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro.

⁴ Quando nos referimos à paisagem, não a estamos considerando como um pano de fundo para a vivência social, mas, ao contrário, como produção dessa vivência. Seguindo Ingold (1993), entendemos que a paisagem possui uma base tripartite, sendo constituída pela interação ambiente, cultura e prática/ritualização.

⁵ Como Randsborg (2002) aponta para os achados do final da Renascença na Dinamarca, objetos de prata eram depositados em locais úmidos para esconder valores, protegendo-os de invasores/inimigos. Assim, outras categorias, tais como “tesouros escondidos” ou “objetos contaminados”, poderiam ser aplicáveis a essas condições.

⁶ Tanto os relatos greco-latinos quanto a arqueologia demonstram que alguns locais secos, tais como florestas, bosques, montes, picos e cavernas, também podiam ser sagrados.

⁷ Devemos, aqui, lembrar que as evidências dos santuários latenianos, tais como Gournay-sur-Arronde, Mirabeau-sur-Bèze e Acy-Romance, mostram que a destruição de oferendas também era central na prática ritual lateniana (cf. RAPIN, 1993).

⁸ Bradley (1998a, p.37) considera que o termo “sacrifício” não é aplicável a artefatos, porque sua destruição não envolve uma transformação de estado, isto é, eles eram inertes e assim continuaram. Contudo, a distinção que ele faz entre “sacrifício” e “oferenda” não leva em consideração que, por serem ritualmente destruídos, os artefatos sofrem uma substancial transformação em sua natureza, posto que são eles convertidos de itens ordinários (por exemplo, ferramentas) em objetos com caráter sagrado. Logo, entendemos ser o termo “sacrifício” crucial para a compreensão de tais práticas, e aplicável tanto para objetos inanimados quanto para seres vivos.

⁹ O único caso de depósito de lingote encontrado nessas regiões corresponde a um achado do início da Idade do Bronze em Bourges, no que, mais tarde, seria a zona central da fortaleza da Idade do Ferro.

¹⁰ Aqui, nos referimos aos achados de cerâmica lateniana da fonte de La Douix, em Châtillon-sur-Seine (Borgonha, França). Lá foram encontrados pesos de tecelagem, conta de argila, miniaturas de vasos, fragmentos de cerâmica grosseira e de cerâmica fina (cf. BUVOT, 1993, 1998; COUDROT, 2003).

¹¹ O mesmo ocorre junto a formações especiais na paisagem, tal como no caso de Heidentor, próximo a Heuneburg, onde foi encontrada uma grande quantidade de fíbula depositadas junto à rocha com forma de portal, desde o final do Bronze até LT A. Para informações sobre esses achados, ver Dehn (1992, 1993) e Dehn & Klug (1992).

¹² Todos os casos de espadas encontradas em meio seco parecem pertencer a enterramentos destruídos, como bem demonstram vários autores, dentre eles, Milcent (2004).

¹³ Prestação é tudo aquilo que é dado, ofertado – presentes, oferendas, pagamentos, etc.” (KING, 2004, p.217). Aqui, porém, trabalhamos com somente duas dessas categorias de prestações: os presentes depositados nas tumbas e as oferendas em “locais naturais”.

¹⁴ *Keimélia* é o termo grego utilizado para classificar os presentes de caráter extraordinário, geralmente objetos em metal (cf. SCHEIDT-TISSINIER, 1994, p.41-49).

¹⁵ A posição dos artefatos em contexto funerário é, geralmente, interpretada como indicativo de organização de bens de propriedade do morto e presentes, de tal modo que esses se encontrariam nos cantos da tumba (cf. EVANS, 2001; KING, 2004; OLIVIER 1999).

¹⁶ King (2004) identifica seis fatores de identificação de prestações em enterramentos anglo-saxões, dos quais três são aplicáveis aos casos, aqui em estudo, a saber: duplicação de artefatos, inclusões não queimadas em cremações e ornamentos em posições não usuais. Brück (2004), ao analisar enterramentos da Idade do Bronze na Inglaterra, também fez uso de categorias semelhantes às que aqui usamos.

¹⁷ Aqui, nos referimos ao que Weiner (1994: 394) define como “densidade simbólica” socialmente atribuída aos objetos.